



Autonomia das Escolas: como ponderar e aplicar

Pedro Freitas - Investigador na Blavatnik School of Government, Universidade de Oxford e membro do Centro de Economia da Educação da Nova SBE

A autonomia das escolas é frequentemente mencionada como uma das políticas públicas que merecem maior aprofundamento no sistema de ensino português. Por trás desta proposta está a perceção de que muitos problemas podem ser resolvidos diretamente pela escola, que conhece melhor a realidade local. Contudo, uma maior autonomia pode também levar a objetivos divergentes entre escolas e suscitar questões sobre os necessários equilíbrios na gestão interna das escolas.

Os dados do PISA 2018, nomeadamente do inquérito realizado aos diretores das escolas participantes, permitem comparar o nível de autonomia das escolas portuguesas com o dos parceiros da OCDE. No que diz respeito à autonomia curricular, observa-se que as escolas privadas portuguesas estão alinhadas com a média das escolas privadas da OCDE. No entanto, a autonomia curricular das escolas públicas portuguesas situa-se significativamente abaixo da média das congéneres públicas. Esta disparidade é ainda mais evidente no caso da autonomia de gestão de recursos. Enquanto as escolas privadas portuguesas apresentam um nível de autonomia na gestão dos seus recursos significativamente superior ao das escolas privadas dos restantes países da OCDE, as escolas públicas portuguesas têm uma autonomia menor do que as escolas públicas de outros sistemas de ensino. Este cenário cria um desequilíbrio na capacidade de gerir recursos, o que é essencial num contexto em que as escolas competem pela atração de alunos e pela obtenção dos melhores resultados.

Devemos, então, aumentar a autonomia das escolas? Sim, mas esta medida não deve ser encarada como uma política isolada. Pelo contrário, deve ser complementada com outras medidas no sistema de ensino (Hanushek, 2003). Nomeadamente, uma maior autonomia só pode existir se for acompanhada por um sistema de avaliação externa robusto. Maior autonomia implica necessariamente maior responsabilidade por parte das escolas e, por isso, é fundamental dispor de dados comparáveis e públicos que permitam avaliar quais as escolas que estão a utilizar melhor a sua autonomia.

O financiamento do sistema é outra das políticas que se combina com uma maior autonomia das escolas. Um maior poder das escolas significa necessariamente que estas devem dispor dos recursos adequados às suas circunstâncias e à sua composição socioeconómica. Contudo, como apontado por um relatório da OCDE de 2018 (Liebowitz et al., 2018), nem

sempre é claro que as escolas com maiores desafios sejam aquelas que, à partida, disponham de mais recursos para suprir as suas dificuldades.

Uma maior autonomia depende necessariamente de um modelo de gestão escolar que possa potenciar a sua aplicação. Aqui, há dois passos importantes a dar: primeiro, uma maior definição do papel que direções, Estado central e poder local têm no sistema; segundo, uma gestão interna das escolas que promova equilíbrios e partilha de decisões para além da sua direção. Só com estas garantias poderemos avançar para uma maior autonomia das escolas em decisões tão relevantes como a escolha dos seus recursos humanos.

A autonomia das escolas é um mecanismo essencial para termos escolas ágeis que possam responder rapidamente aos problemas que enfrentam. As disparidades de autonomia entre as escolas privadas e públicas deixam a realidade portuguesa desfasada da média da OCDE. Contudo, esta não é uma política única e só pode existir quando complementada por um eficaz mecanismo de avaliação externa, clareza no financiamento do sistema e melhorias no atual modelo de gestão escolar.

Referências

Hanushek, E. A. (2003). The failure of input-based schooling policies. *Economic Journal*, 113(485).
<https://doi.org/10.1111/1468-0297.00099>

Liebowitz, D., González, P., Hooge, E., & Lima, G. (2018). OECD Reviews of School Resources, Portugal.
Oecd.